

OS SENTIDOS DA MASCULINIDADE NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA AFETIVO-CONJUGAL

THE SENSES OF THE MANLINESS IN THE RELATIONSHIPS OF GENDER AND THE AFFECTIONATE-MATRIMONIAL VIOLENCE

*Sandra Maria Pinheiro de Freitas Coelho*¹

*Cássia Maria Carloto*²

RESUMO: O presente estudo busca refletir sobre as relações violentas crônicas no âmbito afetivo/ conjugal a partir da construção da masculinidade, no contexto das relações de gênero, tendo por referência falas de homens pertencentes às camadas populares. Para este artigo elegemos a fala de um sujeito, analisada a partir de dados colhidos em entrevista semi-estruturada. O estudo apontou que as práticas heterossexuais violentas constroem-se a partir de significados atribuídos à masculinidade e à feminilidade que apresentam ambigüidades, tais como, afetividade, carinho, sedução, poder, raiva, virilidade, irracionalidade, racionalidade, entre outros sentimentos.

PALAVRAS-CHAVE: violência conjugal, gênero e masculinidade.

ABSTRACT: The present study it searches to reflect about violent relationships in cronical situation inside affective environment from the construction of the masculinity, inside gender relations, having for reference as speak of pertaining men to the popular layers. For this article we choose says it of a citizen, analyzed from data harvested in half-structuralized interview. The study it pointed that the practical violent heterosexuals construct themselves from meanings attributed to the masculinity and the femininity that present ambiguities, such as, affectivity, affection, seduction, power, anger, virility, irrationality, rationality, among others feelings.

KEY WORDS: matrimonial violence, gender, manliness

¹ Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina PR, assistente social, mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina.

² Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Serviço Social

Masculinidades

O processo de cronificação da violência entre homens e mulheres no âmbito das relações afetivo-conjugais tem sido abordado por alguns autores/as que denominam de perversa essa característica de repetição dos episódios agressivos (LANGLEY E LEVY, 1980; GUERRA, 1998; GROSSI, 1996; FARIA E NOBRE, 1997). Uma considerável parte desses estudos busca compreender as razões que levam a mulher a se manter na situação de violência. Nobre e Faria (1997, P.19), por exemplo, afirmam que os principais fatores que contribuem para a manutenção das mulheres nesse “ciclo de violência” seriam: a “impunidade dos agressores; a transformação da vítima em ré; o silêncio das mulheres agredidas; a idéia sobre a inferioridade das mulheres; a dependência econômica; os sentimentos de desvalorização e de culpa que acabam fazendo com que a mulher acredite que não há saída”.

Segundo o Centro de Atendimento à Mulher 25 de Novembro – CAM -, um serviço público de Londrina que atua na área de violência doméstica, as mulheres demoram de 01 semana a 38 anos para buscar o primeiro atendimento.

Essa situação é de extrema gravidade, e implica aprofundar os conhecimentos sobre os dois lados das relações afetivo/conjugais heterossexuais a fim de buscar alternativas à superação da violência. Para abordarmos essas relações a partir de uma perspectiva masculina, procuramos inicialmente resgatar alguns estudos que tratam da construção da masculinidade e que surgiram com maior intensidade a partir da década de 1990.

Autores como Connel (1995) e Almeida (1995), trabalham com a idéia de várias masculinidades que são identificadas como hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada, sendo a idéia de masculinidade hegemônica a mais desenvolvida e a que mais nos interessa abordar para fins desse estudo.

Para tais autores, a masculinidade hegemônica seria aquela que garante a reprodução das situações de dominação dos homens em relação às mulheres. A masculinidade subordinada diz respeito à dominação e à subordinação entre grupos de homens, como por exemplo, a dominação dos homens heterossexuais e subordinação dos homossexuais. A masculinidade cúmplice define-se pela ligação com o projeto de masculinidade hegemônica, mas sem assimilá-la totalmente. A masculinidade marginalizada refere-se à relação entre as masculinidades e

classes ou grupos étnicos dominantes e subordinados.

Connell (idem) enfatiza que a masculinidade hegemônica não tem um caráter fixo ou igual, pois é uma masculinidade que ocupa a posição hegemônica em um dado padrão de relações de gênero sendo, portanto, uma posição sempre contestável. Explica que a hegemonia, a subordinação e a cumplicidade constroem dimensões internas da ordenação de gênero e que a inter-relação entre gênero e as outras estruturas, como a classe, a raça/etnia, cria relacionamentos entre masculinidades fixas, pois são recriadas pela dinâmica social em que todas as dimensões estão simultaneamente em relação umas com as outras.

Almeida (1995), um dos autores que compartilham com as idéias de Connell (ibidem), considera que a masculinidade hegemônica envolve um discurso que atribui aos homens privilégios de dominação e de superioridade social. Assim, o patriarcado seria uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica definiria a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas.

Costa (2002), ao abordar a questão da masculinidade hegemônica, faz referência ao discurso de Cornwall e Lindsfarne (1996) que afirmam existir vários modelos de masculinidade hegemônica competindo entre si. Entendem que as masculinidades hegemônicas distintas podem produzir diferentes masculinidades subordinadas, exemplificando que dependendo do contexto, revidar fisicamente a um insulto pode ser visto como prova de masculinidade ou, ao contrário, ser prova de masculinidade não revidar à agressão e controlar os impulsos. Argumentam que cada situação integra um processo contínuo a partir da qual, pessoas negociam posições relativas de poder como indivíduos e como representantes de categorias sociais, tais como, gênero, idade, classe ou raça.

Esse padrão de masculinidade hegemônica que representa a estrutura de poder das relações sexuais desqualifica os comportamentos masculinos que não se ajustam a seus princípios, ocultando um processo de luta contínuo que envolve “mobilização, marginalização, contestação, resistência e subordinação das modalidades de ser masculino que não são sancionadas pela matriz hegemônica”. Esta, por sua vez, é centrada no heterossexualismo, o que contribui para a construção de tipos subordinados de masculinidade. Nesse processo, “a masculinidade hegemônica é sustentada e mantida por um amplo segmento da população masculina em função da gratificação fantasiosa de fazer parte do poder que ela proporciona”. Além disso, pode retirar daí benefí-

cios, tais como melhores salários em relação às mulheres em cargos que demandam as mesmas funções (OLIVEIRA, 1998, p.104).

Almeida (1998) argumenta que a masculinidade hegemônica seria um modelo cultural ideal que não sendo atingido por nenhum homem, exerce poder controlador sobre os homens e também sobre as mulheres.

Essas discussões referentes a diversas formas de masculinidades são importantes à medida que remetem à reflexão sobre a existência de diversos fatores que contribuem para a construção da masculinidade, ou seja, existe uma conjunção entre atributos que derivam do sexo, da classe social, raça, etc., contrariando a perspectiva universalista a respeito da dominação masculina. Isto é, esses padrões de masculinidades não são fixos, mas construídos através de práticas sociais em situações específicas e passíveis de mudanças, estando dependentes das inserções dos homens na estrutura social, política, econômica e cultural, além das configurações que formam as relações de gênero, o que possibilita a mudança social nas relações desiguais entre homens e mulheres (CONNEL, *ibidem*).

Nesse sentido, ressaltamos a importância dos estudos sobre masculinidades que incorporem a perspectiva de gênero, enfocando suas análises nas relações estabelecidas entre homens e mulheres e nas mediações masculino e feminino, ou seja, a partir da compreensão defendida por Costa (2002, p.228), de que “homens e mulheres compartilham os valores culturais e constrangimentos de uma mesma sociedade”, e que “nesse processo, homens e mulheres aprendem a respeito um do outro, pois se gênero é constituído relacionalmente, aprender a ser homem traz em seu bojo aprender o que é ser mulheres, e vice-versa”.

A partir dessa compreensão analisamos o depoimento de Jose, autor de violência doméstica, cuja companheira relatou vivenciar o ciclo da violência em relações afetivo/conjugais³.

O depoimento de José

José tem 36 anos, nasceu num sítio perto de Londrina e tem

³ Este relato faz parte de pesquisa de campo concluída por Sandra M. P.F. Coelho em 2004, como parte de sua dissertação de mestrado, em que foram entrevistados quatro sujeitos, escolhidos aleatoriamente entre 84 fichas que registravam história de violência igual ou superior a dez anos, a partir de cadastro do Centro de Atendimento à Mulher – CAM, companheiros/maridos de mulheres atendidas neste serviço.

mais nove irmãos, cinco homens e quatro mulheres. Estudou até o quarto ano primário, está casado há 11 anos e, na época da entrevista, estava desempregado. Sua esposa chama-se Lúcia, tem 28 anos e não concluiu a oitava série do ensino fundamental. O casal tem três filhos, dois meninos e uma menina. Para sobreviver, José cata papel e Lúcia entregava panfletos de propagandas nas ruas do centro da cidade.

Depois de uma conversa informal, a entrevista tem início com uma pergunta sobre como ele via o casamento:

Meu pai é casado faz quase quarenta anos e mora no mesmo lugar faz uns trinta e quatro anos. Ele é muito trabalhador, não bebe e nem fuma e minha mãe sempre trabalhou em casa.

José veio de uma família extensa, na qual o modelo tradicional de casamento, presente na maioria das sociedades ocidentais, foi preservado, o que é bastante valorizado por ele. Elogia a figura masculina do pai, enquanto um homem trabalhador e sem vícios, muito dedicado à família. Em seu discurso, fica expresso que a mãe sempre ocupou o seu devido lugar de mulher, dona de casa e esposa dedicada, cujas atribuições, tais como os cuidados da casa, dos filhos e do marido, foram cumpridas de forma exemplar. Na sua concepção, o tempo de duração, o modelo de divisão sexual do trabalho e a ausência de vícios figuram como indicadores de sucesso do casamento.

Sobre o significado de seu casamento, Jose relata que:

Casei só uma vez. Há algum tempo atrás, estava bem, sabe? Agora, inclusive, eu vou ter uma audiência porque ela quer separar [...].

José fala do casamento de uma forma romântica, como uma possibilidade de união única e eterna, assim como foi o casamento de seus pais. Recordar-se do passado, como sendo uma fase boa de sua vida. A frase “casei só uma vez” vem carregada de significados, pois remete à possibilidade de não rompimento, de estabilidade.

Prossegue em seu relato e fala das dificuldades de início de casamento:

[...] casei com 26 e ela com 16. Um ano e meio depois nasceu o Anderson. No começo a gente morou com meus pais por quatro anos [...] ela não trabalhava fora. Por mim ela não precisava trabalhar, era melhor ela ficar cuidando do menino. Eu ganhava bem, era chefe de um setor da empresa. O meu trabalho era o carregamento de caminhão, eu chefiava uma equipe.

Para compreender o sentido da relação conjugal na conforma-

ção das práticas e representações do homem na condição de marido ou esposo, é necessário compreender a dinâmica do casamento ou relação conjugal com todas as suas implicações.

Parece que a partir do modelo do casamento de seus pais, José assimilou em seu imaginário essa forma de organização da família, referência ocidental moderna da construção social dos gêneros⁴, em que as práticas sociais masculinas, representadas pelo marido, pai e chefe da família estão fortemente associadas ao espaço público, ao mundo do trabalho, enquanto que as práticas sociais femininas, da mulher, enquanto filha, esposa, mãe, companheira e cuidadora, estão associadas ao espaço privado, da casa, da família, sendo que ambos têm valorizações diferenciadas.

José é estimulado a contar mais sobre como foi o começo do casamento:

No início foi bom, mas depois começaram as brigas. Ela brigava com as minhas irmãs e com a minha mãe [...] "fofoca de mulher". Ela se trancava dentro de casa e quando eu chegava a minha mãe falava com ela e ela não gostava. Foi indo ela queria sair de lá. Eu construí um cômodo nos fundos da casa de meu pai, mas a gente comia na casa dele. Então ela brigava com a minha mãe e com meu pai e não queria comer lá. Eu chegava e a minha mãe falava pra mim e a gente brigava [...] depois eu tive que pagar aluguel durante seis anos. Aí depois a empresa me mandou embora e eu comprei a casa, mas fiquei desempregado, aí mudou tudo...

No princípio, a fase da lua de mel, comum no início dos relacionamentos afetivo/conjugais, na qual os conflitos ocorrem como menor intensidade. Entretanto, outros fatores vieram interferir na rotina de vida do jovem casal, sendo que as dificuldades econômicas e familiares ocuparam lugar de destaque no discurso de José. Fala das tentativas para ter casa própria e das economias que buscava fazer para alcançar esse sonho, aliás, desejo e necessidade da maioria das famílias brasileiras. A seguir, vem a demissão que provoca mudanças, marcaram profundamente a sua vida, conforme relato abaixo:

Quando eu trabalhava pagava as contas, comprava roupas, a gente sempre saía junto. Eu nunca saía sozinho, era muito caseiro e ela também.

A idéia de responsabilidade associada à idéia de constituição

⁴ Ver Vaitsman (1994) sobre casamento e família conjugal moderna.

de família vem sendo desenvolvida nos estudos sobre o papel do homem-pai nas relações familiares (SARTI, 1996, apud ARILHA, 1998). Os estudos demonstram que, ainda que na contemporaneidade exista a perspectiva de responsabilidade financeira compartilhada entre o casal, essa idéia do homem que provê e tem autoridade sobre a vida familiar permanece no imaginário de muitos homens e mulheres.

Outro ponto da fala de José que evidencia sua visão em relação às atribuições femininas e masculinas é a máxima proferida por ele “fofoca de mulher”. Ou seja, demonstra entender que a permanência da esposa, da mãe e das irmãs no espaço doméstico tem menor importância, sendo utilizado para falar de banalidades.

Perguntado sobre o que ele pensa sobre a mulher trabalhar fora de casa, Jose responde:

Eu acho que tem mais é que trabalhar sim, ela compra roupa pra ela e pras crianças. Ela trabalhou um tempo de diarista lá perto. E com o dinheirinho que ganhava, ela comprava umas coisinhas pra ela e pras crianças.

José apresenta um discurso contraditório, pois, ao mesmo tempo em que defende o trabalho da mulher fora de casa, o desvaloriza. Percebe a sua importância apenas como complemento à renda familiar, um “dinheirinho” a mais no orçamento doméstico para comprar umas “coisinhas”. Novamente demonstra contradição, quando indagado se Lúcia trabalhava fora na época em que ele também trabalhava:

Não... [...] mas, por exemplo, agora ela está trabalhando, eu vou lá faço almoço pras crianças. Eu não ligo pra isso, não. Eu não tenho esse tipo de preconceito [...] pode ir quem quiser ir lá, eu lavo roupa, limpo casa, não ligo.

Esse “não” de José parece novamente evidenciar que em sua família existe uma organização fundada na divisão sexual do trabalho em que cada um executa atribuições definidas naturalmente. Entretanto, na seqüência de sua fala, José afirma “não ter esse tipo de preconceito”, ou seja, que os homens também podem ocupar o espaço doméstico, executando atividades que “naturalmente” seriam atribuídas às mulheres, como lavar, passar e cozinhar.

Percebe-se ainda que Lúcia, após a separação, procurou um trabalho remunerado, pois, a condição de mulher submissa e dona de casa já não tinham como ser mantidas. O sentido da masculinidade e da feminilidade sofre mudanças. Não para José, que tem interiorizado

na sua subjetividade o modelo de ser masculino, mas para Lúcia, que forçada pelas condições sociais e econômicas vê-se obrigada a ocupar o lugar antes delegado ao marido. Como tantas outras mulheres, procura no trabalho precário nada mais que a sobrevivência.

José apresenta em seu discurso um paradoxo, que nos leva a confirmar que as relações sociais entre os sexos são constituídas a partir de significados ou símbolos culturais e podem evocar múltiplas representações. Nesse sentido, podem existir níveis diferenciados para expressar o que são práticas sociais masculinas ou femininas, definidas não por si só, mas por um conjunto de elementos que participam dessa construção (BUTLER, 1998).

Assim, a família, a casa, a esposa, os filhos e José estão situados e em interação com um contexto social que vai muito além do limite territorial de seu espaço de moradia. Envolve instituições como a igreja, a escola, a política, a ciência, entre outras, que participam desse processo e interferem ou influencia na formação das identidades subjetivas e objetivas dos envolvidos/as. Os significados e os símbolos culturais são formados nessa dinâmica em que as pessoas ora se portam como sujeitos, ora como objetos, dependendo de cada situação vivenciada.

Retomando a parte da resposta anterior sobre o trabalho atual da esposa, fato que no passado não acontecia, pede-se que José fale sobre essa questão no contexto de seu casamento:

Eu fui feliz, fui sim, só que depois que eu perdi o serviço, tudo mudou [...] mudou muita coisa na minha vida, até na casa dos meus pais mudou. Marca muita coisa [...] A gente ia ao mercado com as crianças, se as crianças queriam lanche, a gente saía pra comer, hoje eu não tenho dinheiro nem para o passe [...] era bom, fazia churrasquinho, saía, ia na casa da minha sogra, na casa do meu cunhado, a gente passeava no sítio. O meu cunhado tem sítio.

Fica claro na fala de José que o fator tempo é uma categoria a ser valorizada para a análise de seu relato, pois introduz diferenças no modo como são sentidas, vividas e percebidas por ele as experiências objetivas e subjetivas, no passado e no presente, influenciando, sobremaneira, o seu modo de conceber as atribuições tidas como masculinas, tais como ser marido, pai, amante, trabalhador e provedor.

José tem uma origem humilde, na qual se percebe que o *status* da masculinidade firma-se na valorização das categorias anteriormente nominadas. Assim, a perda do emprego provocou grandes mudanças

em sua estrutura familiar, social e emocional. Refere-se ao desemprego, lamentando a falta de condição de prover a família com o básico necessário, o alimento. Os filhos passam necessidades e ele não vê perspectivas de sair dessa situação. Sente saudades do passado e lembra os momentos de lazer em família.

Em relação às crianças, o entrevistado informa:

Bem... Os meninos estão em casa e a menina mora com a avó.

A resposta vem com dificuldade. José acredita que deixou de cumprir o seu dever masculino de pai, provedor e protetor da prole. É importante novamente chamar a atenção para a organização da vida social no espaço público e privado, onde ainda persiste a divisão de atribuições tidas como masculinas e femininas. Esse modelo social acaba afastando os homens do cotidiano familiar, em especial, no cuidado com as crianças, restando-lhes a função de mantenedor. José não consegue perceber essa co-relação e sofre por não cumprir o que concebe como sua mais importante função. Ser provedor.

A dependência alcoólica também compromete os conceitos que José tem de honradez e de moralidade masculina, prejudicando ainda mais a sua imagem diante dos filhos. Expressa desânimo e desilusão. Parece que não sente mais desejo de continuar falando sobre sua história de vida.

Connell (1995) observa que a fonte objetiva da autoridade paterna no interior da família é a capacidade masculina de ser capaz de mobilizar recursos econômicos para a manutenção da prole, o que é normatizado pela maioria das leis que rege o direito de família. O desemprego na vida de José parece ter sido um fator de grande desestabilidade, não só econômica, mas também afetivas. Ele retoma a palavra e conta como tem sido sua trajetória na busca de um novo trabalho:

Trabalhei na mesma empresa por onze anos. Fui demitido junto com mais colegas. Depois que eu saí dessa empresa, eu trabalhei numa outra, em outro tipo de serviço, mas não deu certo. Depois trabalhei num mercado por 28 dias, e também não deu certo [...] eu tenho 18 anos de registro em carteira e tenho um advogado que está tentando conseguir um auxílio doença, mas eu fui reprovado na perícia.

As práticas pelas quais homens e mulheres se comprometem com a posição de gênero e os efeitos destas práticas interferem na experiência corporal, na personalidade e na cultura (SCOTT, 1998 e LOURO, 1995). No entanto, existem outros princípios de organização

da vida social que atuam com a categoria gênero, de modo combinado na reprodução social e biológica de homens e mulheres, como a classe e a etnia. Nesse sentido, a falta do trabalho para José implica o fato de não mais poder cumprir a atribuição de chefe e provedor, o que influencia as práticas e representações sobre a conformação de sua subjetividade.

Santos (1996, p.301) aborda o espaço-tempo doméstico, incluindo-o entre os espaços estruturais das relações sociais, juntamente com a produção, o mercado, a comunidade e a cidadania. Valoriza o espaço doméstico enquanto esfera de reprodução da humanidade e da força de trabalho, apontando que uma das raízes da discriminação de gênero encontra-se na área familiar, onde historicamente imperou o patriarcado que, sob múltiplas formas, extrapola para os demais espaços da constelação política". A compreensão dessa dinâmica social que envolve a divisão sexual do trabalho poderia auxiliar José e Lúcia a lidar melhor com os conflitos que envolvem a construção da masculinidade e da feminilidade.

Observa-se que o problema da pobreza trás para José implicações éticas, familiares e econômicas, que são supervalorizadas frente a um padrão de masculinidade ideal. Situação que atinge setores amplos da população em situação de desemprego e de exclusão.

Robert Castel (1998), ao abordar os problemas relacionados à questão social contemporânea, trabalha com o conceito de desfiliação, que indica ruptura ao invés de exclusão social:

Em relação às redes de integração primária, um primeiro desatrelamento diz respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependência fundadas sobre o pertencimento comunitário. Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção.

Essa situação de ausência de direitos pode afetar a identidade das pessoas. Pagan (1999) analisa a exclusão social e a pobreza levando-nos a refletir sobre a desigualdade e a injustiça social para além da dimensão material e econômica. O autor parte da compreensão de que a exclusão social e a pobreza compõem uma díade indissociável que, segundo ele, "adquire qualidade, intensidade e abrangência diferentes segundo o momento histórico e o país focalizado". O autor apresenta uma tipologia de formas elementares de pobreza, levando em conta a realidade dos países europeus e dos Estados Unidos da América, e

oferece algumas pistas para entender o Brasil: pobreza integrada, pobreza marginal e pobreza desqualificante.

No caso de José, sua condição de vida aproxima-se mais como representação da pobreza desqualificante que, conforme definida pelo autor, diz mais respeito à questão social da exclusão do que à da pobreza propriamente dita. Os chamados “pobres” ou “excluídos” estão repelidos da esfera produtiva e tornam-se dependentes das instituições de ação social, conhecendo dificuldades crescentes. Para a maioria, não se trata de um estado de miséria estável, mas de um processo gradativo, podendo implicar, ao contrário, alterações súbitas na organização da vida cotidiana. Essas pessoas acumulam diversas desvantagens, dependendo dos auxílios sociais e, sobretudo, dos mecanismos assistenciais. O estudioso afirma que a amplitude da desqualificação afeta o conjunto da sociedade e transforma-se no que chamamos “a nova questão social” (PAUGAM, *idem*, p.98).

Paugam (*ibidem*) aborda a existência de certa rejeição às pessoas menos qualificadas, o que lhes impõe a situação de “marginalizadas”. Afirma ser importante demonstrar, em relação ao conceito de desqualificação social, como a precariedade. Nesse sentido, os atributos vinculados ao trabalho, que caracterizam o *status* do homem na sociedade, assim como o pertencimento familiar enquanto pai, chefe e provedor, constituem-se em valores presentes no processo de socialização, que são reforçados nesse contexto de miséria.

José entende que a mudança nas condições de trabalho refletiu em seu contexto familiar, pois os valores agregados ao padrão ideal de masculinidade que construiu em seu imaginário não correspondem mais aos desejos e às expectativas da mulher:

[...] quando casei pesava uns oitenta quilos, agora comecei a emagrecer muito [...] fui fazer tratamento pro estômago e morei uns tempos na casa de meu pai. É perto do posto [...] acho que foi a bebida.

É nítido o comprometimento da saúde de José. Ele teve uma gastrite crônica, provocada pelo excesso de álcool. Nos últimos anos, passou a perder peso.

Perguntado sobre quanto tempo faz que está bebendo (álcool), ele responde:

Comecei a trabalhar cedo [...] trabalhei com dez anos numa horta, perto de casa [...] mais pra frente melhorou, fui trabalhar num

alambique [...] tinha quatorze anos. No horário de almoço o pessoal tomava cachaça e falava “toma um golinho, abre o apetite” e abria mesmo. Aí minha saúde tá assim...

José trás recordações da infância. Fala da vida humilde da família e das dificuldades financeiras, fato que o levou a trabalhar aos dez anos de idade. Com quatorze anos conseguiu emprego num alambique, o que considerou uma espécie de promoção. Foi lá que experimentou pela primeira vez a cachaça, informando que era comum no horário de almoço, os colegas de trabalho, homens adultos, oferecerem bebida alcoólica para ele e outros meninos. Falavam, segundo José, “toma um golinho, abre o apetite”. Desde então, não conseguiu deixar de beber.

O que fica evidenciado nessa fase da vida de José é a sua inserção precoce no mundo do trabalho e o risco a que fica exposto, situação presente na história da maioria da juventude brasileira. Parece que as dificuldades ao longo de sua vida são mencionadas como se numa busca, procurando identificar a origem dos seus problemas.

Paulilo e Jeolás (2000) tratam desse tema e apresentam alguns estudos que mostram o quanto a juventude está exposta às drogas hoje. Apresentam também uma pesquisa realizada com 200 jovens atendidos no Centro de Atendimento ao Adolescente de Londrina - CRALL, apontando para o elevado número de jovens que fazem uso do álcool e para aqueles que já fazem uso de drogas ilícitas.

Nesse sentido, a infância e a adolescência de José, a exemplo da maioria da juventude brasileira, estiveram expostas ao que as referidas autoras denominam de “teia de vulnerabilidades”, representada por meio de fatores, tais como, “a procedência de uma família de baixa renda e baixa escolaridade, a desmotivação em relação aos estudos, a falta de perspectivas de um futuro melhor, além dos infundáveis apelos de consumo e lazer, sempre inalcançáveis”. (PAULILO e JEOLÁS, idem, p.57). Assim, a história de José está inserida num contexto maior, onde fatores sociais, econômicos, culturais, familiares influenciam em sua trajetória de vida.

Buscando conhecer mais elementos sobre sua vida conjugal, indaga-se de Jose, como tem sido a sua convivência familiar:

Ela não gosta mais de mim [...] Ela já jogou isso na minha cara. Acho que foi o álcool [...] Ela já não dorme mais comigo...

Na visão de José, a possibilidade de dissolução do casamento é tida como algo inaceitável, mas prestes a acontecer. Ele não aceita o

desejo de separação da esposa. Recorda o passado, fala de seu trabalho, do cargo que ocupava como “chefe de setor”. Fala sobre as mudanças ocasionadas pela perda do trabalho. O corpo, instrumento principal trabalho e meio de garantia da subsistência sua e da família, não é mais o mesmo⁵. A sexualidade de José também é abalada, pois ser homem, na concepção natural do termo, significa ser potente e másculo, e José não consegue mais corresponder a esse comportamento de masculinidade socialmente e culturalmente esperado.

Muszkat (1998, p. 190) recorre a Kaufman (1995), um estudioso da corrente vitimista⁶, que trata do sofrimento que a experiência do poder provoca em alguns homens. Explica que “para alguns homens, o poder social que é outorgado à masculinidade é fonte de dor e alienação”.

José evacua nas roupas, já não tem quase massa muscular e a possibilidade de um emprego é cada vez mais distante. A mulher já não pode contar mais com o marido que idealizou, provedor e viril. O corpo, os músculos, enfim, a supremacia física, prova de sua masculinidade, já não é mais a mesma. Talvez para José, o fato de se deixar orientar por um determinado modelo de masculinidade o impeça de perceber que existem outras possibilidades de ser homem.

Sobre esse tema, Ramirez (2002, p.127), ao propor realizar uma genealogia crítica da naturalização de sexo e dos corpos, “desvende a própria produção discursiva de uma matriz heterossexual reprodutiva como mecanismo que estabelece e regula a forma e o significado da masculinidade”. Na busca de caminhos alternativos à regulação binária da sexualidade (homem/mulher; masculino/feminino) que serve aos objetivos reprodutivos do sistema compulsório heterossexual, a autora propõe:

[...] ressignificar as categorias corporais com base em práticas baseadas na teoria performática de atos de gênero que rompem com a coerência e continuidade de categorias como sexo, gênero,

⁵ Ver Quirino e Leite (2003).

⁶ A corrente vitimista analisa as experiências contraditórias de poder entre os homens, procurando considerar o conceito de gênero e enfatizando as distinções de classe, raça, idade etc. Há uma distinção entre “sexo biológico e gênero socialmente construído”, e afirma que não existe só uma masculinidade. Esta corrente considera como motivo de opressão e dominação masculinas a necessidade dos homens de cumprir com o papel social deles esperado. Sua orça é vista como uma máscara para a insegurança e fragilidade masculinas, sendo essa fragilidade demonstrada justamente em situações onde a dominação se expressa. Como contraponto propõe-se a emergência de um “novo homem”, que seja capaz de expressar emoções e se libertar da opressão que o exercício da masculinidade hegemônica lhe impõe. Para maiores informações ver: Costa R. G. Mediando Oposições: sobre a crítica aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, H. B. et al. (Orgs.). Gênero em Matizes. Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais. São Paulo, Universidade de São Francisco, p. 213-241, 2002.

desejo e prática sexual, ocasionando a subversão, ressignificação e proliferação de práticas que vão além de uma estrutura binária compulsória. (p.127).

Segundo Ramirez (idem), essa abordagem nos leva a compreender que a noção ocidental de sujeito individual, em que as pessoas são percebidas como entidades totalitárias e singulares somente em função das relações implica não perceber a possibilidade de mutabilidade e flexibilidade das mentes e dos corpos. Ou seja, a determinação do gênero não se dá apenas por via do sexo, mas pelas relações.

José poderia interpretar sua vida a partir de outros sistemas de pensamento, pois a diferença biológica pode determinar algumas funções, mas não os papéis e valorações sociais que se lhe atribuem. Entretanto, esse exercício depende do exame dos processos de construção das relações e das formas como o poder se articula, em momentos sociais e históricos específicos, o que parece distante da possibilidade de acesso para José, em função de sua própria condição social.

Seria eles uma vítima do modelo hegemônico de masculinidade ou um sujeito de sua própria ação que estaria pagando os “custos de querer estar no topo”. O discurso político não pode ser desvalorizado em função das discussões identitárias, sob o risco de se limitar às possibilidades de mudanças da qualidade de vida do ser humano, que se entrelaça com questões que também atingem a sua dignidade como a desigualdade econômica e social. Há momentos que a luta tem que ser coletiva e devemos buscar as condições e os meios necessários para identificá-los.

Introduzimos aqui um breve relato sobre os atendimentos da esposa de José no Centro de Atendimento à Mulher 25 de novembro, no sentido de somar alguns dados que considero importantes para essa análise.

Lúcia compareceu pela primeira vez em dezembro de 1997 e, segundo os registros da ficha de atendimento inicial, relatava sofrer violência física, emocional e abandono material há onze anos. Foi encaminhada para atendimento social e psicológico. Abandonou o atendimento e retornou em 1998, com um novo histórico. O esposo havia saído de casa e ela gostaria que ele voltasse, afirmando desejar a reconciliação. No entanto, retornou apenas para o segundo atendimento, informando que ele havia voltado. Em 2004, compareceu ao CAM dizendo que estava decidida pela separação, pois o esposo continuava bebendo muito, estava agressivo, não trabalhava e evacuava nas roupas. O filho de oito

anos também apresentava problemas na escola. Segundo ela, os médicos disseram que ele estava com hiperatividade. Receitaram um medicamento psiquiátrico e orientaram o encaminhamento para a psicologia. Lúcia também lamentava sobre as dificuldades financeiras que eram muitas. Faltavam alimentos e as prestações da casa, de água e luz estavam em atraso. Lúcia afirmava não suportar tal situação e dizia estar decidida a separar-se.

Voltando à entrevista, José continua seu relato e responde à questão sobre o que havia provocado o desgaste no relacionamento conjugal.

Não sei...

Acho que foram as brigas...

Perguntado como eram essas brigas, se em alguma situação chegou a existir violência entre o casal, relata:

Quando fui para a casa de meu pai para fazer tratamento ela ficou lá com os moleques. Aí eu fiquei sabendo que ela estava tendo um caso com outro cara, e a casa está no meu nome. Aí eu falei, “é desaforo, a casa é minha e ela põe outro cara pra morar na minha casa”. Aí eu voltei pra casa. No dia que eu voltei, ela me falou: “O que você está fazendo aqui?” E eu disse: “aqui é a minha casa”. Aí ela me disse: “Aqui não é mais a sua casa, você abandonou sua casa”, e eu falei, “claro que é”. Aí passou um colega meu e eu cumprimentei ele. Ela então veio que nem uma galinha choca e me disse: “Mal e mal chega, já vem trazer bêbado pra dentro da minha casa”. E eu falei, “sua casa não, a casa ainda é minha”. E ela disse: “não é sua não, você abandonou, agora não tem mais direito”. E eu falei: “tenho sim e cala essa boca senão eu tampo ela”. Eu tava com uma camiseta pólo, ela agarrou na minha camiseta que virou fiapo. Aí eu dei dois pé do ouvido nela. Ela saiu pra chamar uns caras. Eu entrei dentro de casa, liguei o rádio, deitei no sofá e daqui a pouco chegou dois policiais com revólver na cinta. Um deles olhou pra mim e disse: “Você que é o agressor? Eu respondi: “agressor”? Não, eu sou o agredido, olha pra minha camiseta”. Aí o policial disse que ia me levar para o delegado. E fomos para a delegacia, agora dia 13 tem audiência com o Juiz.

José fala sobre os seus direitos e não consegue imaginar a possibilidade de deixar de ser o dono da casa, o chefe de família e ter seu lugar ocupado por outro homem. Sente-se ameaçado e expõe a situação demonstrando muito sofrimento. A violência parece ficar num segundo plano, pois para ele, o que estava em discussão naquele mo-

mento era uma questão patrimonial.

Observa-se que nos casos de separação conjugal nas famílias de baixa renda, a questão patrimonial, principalmente quando a casa é o único bem disponível, passa a ser motivo de acirrados conflitos e disputas judiciais. No caso de José soma-se a isso o risco da traição, um sentimento carregado de significados simbólicos marcados pelo gênero.

Com base em nossa experiência no atendimento a mulheres que sofrem violência conjugal, observamos que é comum os homens negarem o direitos das mulheres aos bens materiais adquiridos na constância do relacionamento, alegando que são frutos de seu trabalho remunerado, constituindo, portanto uma outra dimensão das marcas de gênero, cujo significado é a desvalorização do trabalho da mulher como dona de casa.

Entretanto, percebe-se no discurso de José que ambos ignoram a norma legal que prevê a divisão igualitária dos bens adquiridos na constância da união do casal⁷. A posse da casa é disputada numa discussão acirrada, em que cada um tece seus argumentos a partir do sentido que tem em relação a seus direitos. De repente, num ato impensado, a agressão aparece para o casal como a única forma possível de solução do conflito, numa reação e contra-reação presente na vida de muitos casais que vivem situação semelhante.

A violência é eleita por José como uma forma de solução para o impasse. As palavras são o aviso que a raiva⁸ que sente não pode ser contida “cala essa boca senão eu tampo ela”. A reação de Lúcia é imediata e busca na defesa também liberar a raiva que está sentindo. Nesse sentido, a raiva apresenta-se como um impulso, uma forma de exercer o controle diante da dificuldade de exercer a razão.

A reação de José pode ser analisada à luz de alguns estudos citados nesse trabalho que tratam da existência de vários modelos de masculinidade. Enfatizam que a busca de uma masculinidade hegemônica, considerada um modelo cultural ideal, ou a não participação completa de um grande número de homens no padrão hegemônico de masculinidade provoca nos homens reações diversas no desejo de

⁷ Ver Código Civil (BRASIL, 2002).

⁸ Grossi, (2001) ao tratar do tema violência doméstica, relata que no Canadá, existem atualmente mais de cem grupos para homens autores de violência doméstica, com diferentes tipos de abordagens. Destacam-se aquelas que partem do pressuposto de que é necessário saber como manejar com a raiva para cessar as agressões físicas e emocionais para com a companheira.

alcançar esse padrão (CONNEL, 1995 e COSTA, 2002). Nesse sentido, a reação violenta de José pode ser interpretada como uma auto-afirmação de sua virilidade, impotência ou potência diante do conflito, somada a ignorância imposta por sua condição social.

Lúcia, a esposa, não se apresenta como o lado passivo dessa relação. Reage frente à ameaça do companheiro, com o mesmo sentimento de raiva que tomou conta de José. Entretanto, esse comportamento é estranho ao sexo feminino, pois, à luz de explicações universalizantes e essencialistas, sustentadas no sexo biológico, espera-se que demonstre fragilidade diante da fúria do marido e seja incapaz de exercer qualquer tipo de reação que expresse poder, ou qualquer sentimento estranho a sua feminilidade. Mas Lucia reage e na autodefesa rasga-lhe a camisa. José não hesita e cumpre o prometido desferindo-lhe dois tapas no rosto. Uma reação mais contundente de Lúcia poderia depor contra as definições de gênero que orientam a construção de padrões sociais de feminilidade ou seriam estranhos ao comportamento de uma mulher. Então, Lúcia grita e chama a “força” policial para sua proteção.

A próxima cena relatada por José refere-se à chegada da Polícia. Para ele, uma invasão de sua privacidade e uma ofensa à sua honra. Nesse sentido, ocupa o seu espaço “deitei no sofá e liguei o rádio”. No entanto, tudo parece absurdo à sua compreensão e sente-se impotente diante das duas figuras masculinas que adentram a casa, impondo a autoridade representada pelo uso da farda e a arma no coldre. José fica confuso, sente-se injustiçado frente à interpelação policial. Sua reação imediata é de defesa: “eu sou o agredido”. Essas palavras soam estranhas aos ouvidos dos policiais, pois no dever da profissão, o modelo que devem defender de masculinidade na família é diferente daquela que têm do “bandido”. O homem de família deve ser provedor, honrado, protetor de sua prole e mulher, trabalhador, respeitado e bem sucedido. Assim, não lhes resta outra alternativa senão conduzir o agressor até a Delegacia de Polícia mais próxima.

A cena acima descrita faz-se presente na vida de muitos casais em que as agressões verbais são recíprocas, mas o exercício da força física parece ser uma atribuição muito mais presente nos homens, fato confirmado por estatísticas referentes aos assassinatos de mulheres cometidos por maridos, companheiros, ex-companheiros.

Fica evidenciado, na fala de José, que ele faz uma associação entre a dependência alcoólica e a rejeição da esposa:

Faz uns nove anos que eu comecei a beber demais [...]. Ela não gostava, depois não ligava mais pra mim, abandonava [...] Só me dava patadas [...].

Em seu discurso, está presente a construção da idéia que tem de si. Sente-se injustiçado e prejudicado pelas circunstâncias atuais de sua vida. Parece que a sensação de impotência toma conta de sua vida.

Saffioti (1997) argumenta que a alienação do sujeito o impede de reconhecer a possibilidade que tem de produzir e reproduzir a vida em todas as suas dimensões, de fazer a sua história, produzindo objetivações através de suas práticas sociais e, simultaneamente, apropriando-se de seus resultados, isto é, reapropriando-se subjetivamente da história.

Na dimensão familiar, Lúcia também se insere nesse processo, conforme relato de José:

A pessoa só maltrata você, aí você também maltrata.

Percebe-se aqui um movimento de reação e de contra-reação presente no relacionamento conflituoso do casal, em que ambos ocupam seus lugares de sujeito na relação.

Saffioti (1997) cita a corrente vitimista de pensamento, argumentando que ela tende a pensar a mulher como vítima passiva. No entanto, a autora coloca que as evidências caminham em sentido diferente. Explica que, embora as queixas registrem a “passividade” da mulher, a própria queixa é a narrativa em que a pessoa que é objeto de alguma adversidade constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima. Assim, a mulher se põe como sujeito quando reage à situação de violência, mas também na formação discursiva por ela construída, em que o “homem figura como algoz e ela como vítima”. Para a autora, “não há quem participe de relações sociais sem ser sujeito, sem ter identidades sociais, sem distinguir o seu eu do eu do outro” (SAFFIOTI, 1997, p.75).

Nesse processo, no qual todos figuram como sujeitos, é importante refletir sobre uma cena retratada por José em que ele e Lúcia manifestam suas reações em momentos de conflitos conjugais:

Quando ela começava a discutir, eu saía e deixava ela falando sozinha. Ia pro bar beber [...] ela falava muito, sim. Falava que eu não queria mais trabalhar, só queria beber.

José apresenta dificuldades em manifestar seus sentimentos e parece-me que esse é o seu comportamento diante das cobranças da esposa. As marcas de gênero se fazem presentes. Fica claro que Lúcia

e José contribuem para a construção e a reprodução social de um padrão de masculinidade e feminilidade que, por sua vez, são legitimados pelo casamento e pelo poder econômico. Nesse sentido, nem ele, na condição de marido, e nem ela, na condição de esposa, constituem-se naturalmente, são engendrados por um relacionamento e pelas atribuições advindas desse relacionamento.

A fuga apresenta-se como a saída para José que busca no álcool o seu consolo. As discussões e as agressões mútuas acirram-se e ele passa a beber com mais frequência:

[...] ela não gostava que eu bebesse nos bares, mas quando eu comprava a cerveja no mercado e bebia em casa, ela não falava nada.

A percepção de Lúcia, em relação à forma de ocupação do espaço público e privado por homens e mulheres, apresenta marcas de gênero que ficam evidenciadas na fala de José. O marido está autorizado a ocupar o espaço público desde que seja para o trabalho, o que lhe dá condições para prover o sustento da família. Depois do trabalho, ele deve voltar a ocupar o espaço doméstico, como chefe de família, sendo o bar visto como um ambiente que desvirtua e confunde suas atribuições. A bebida em casa é autorizada.

Sobre a rotina da vida conjugal de José e Lúcia, ele considera:

Sei lá. Nós já estamos dormindo separados há três anos. Fazer o quê?...

José apresenta-se confuso frente à decisão da mulher. O fato de Lúcia não dividir mais a cama com ele parece impor-se contra a sua potência e capacidade sexual, valores esperados dos homens em nossa sociedade. A decisão da companheira não condiz com o modelo de comportamento feminino esperado e José parece sentir-se impotente diante do conflito colocado. Nesse sentido, o exercício de sua sexualidade identificada com valores heterossexuais que na maioria das culturas ocidentais significa força e poder, apresentam ambigüidades.

Kalckmann (1998) argumenta que os homens estão perdidos com as novas posições e aspirações de suas companheiras, tornando-se cada vez mais difícil que se sintam confortáveis com as novas noções de papéis sexuais.

O desemprego e o estado de saúde debilitado de José exercem forte influência na construção de seu discurso, que se apresenta contraditório no tempo presente e no tempo passado. Fala da infância, da

família, do casamento, do trabalho e da dependência química. Parece sentir-se vitimado pelo destino e a violência conjugal parece não fazer parte de seu contexto familiar.

Essa postura ambígua frente à realidade coloca-o numa condição de impotência e incapacidade, o que o impede de buscar estratégias para reagir e reconstruir sua história. As marcas de gênero confundem-se em seu pensamento e ele não se conforma com o fim do casamento e a perda do emprego.

A partir dessas falas, entendemos que não existe uma masculinidade hegemônica universal, mas que no imaginário dos sujeitos dessas entrevistas ainda está fortemente enraizado um modelo de ser homem, em que a valorização de características como virilidade e poder tem forte relação com comportamentos agressivos e dominadores. Reafirmamos que o grande equívoco está no fato de compreender que esse modelo é universal, não levando em consideração a teia de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que são mantidas justamente para garantir essas formas de comportamentos inalterados.

Sinalizamos também que outras categorias como a classe e a raça permeiam as condutas e das atitudes de homens e mulheres, interferindo em suas relações afetivas e contribuindo para a ocorrência de situações de violência.

A ação de manutenção ou ruptura de padrões culturais do ser masculino ou feminino apresenta sentidos múltiplos que podem fornecer subsídios para a manifestação ou construção de outros sentidos para a masculinidade e feminilidade envolvendo homens e mulheres como atores desse processo.

Assim, as formulações de gênero implicam pensar os significados que nós atribuímos ao conceito de natural e a oposição que estabelecemos com o social ou cultural. Por fim, entendemos que esse estudo foi importante à medida que aproximou nosso conhecimento das práticas sociais masculinas e confirmou a necessidade de levar em consideração o olhar masculino nos estudos que se propõem a discutir a construção das relações de gênero em nossa sociedade.

Não existem respostas suficientes para todas essas questões, mas sabemos que as possibilidades de construção são infinitas e dependem de nossa capacidade de inovação, comprometimento social e da luta coletiva. Assim, conforme sinaliza Stolcke (2002), é fundamental que se valorize o lugar da ação política.

Referências

- ALMEIDA, M.V. *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de século, 1995.
- ALMEIDA, M.V. "Flores do Colonialismo": Masculinidades numa perspectiva antropológica. In: BESSA, K. A. (Org.). *Trajatórias do Gênero, Masculinidades*. Cadernos Pagu (11). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP.1998. p.201-229.
- ARILHA, M. Homens: entre a "zoeira" e a "responsabilidade". In: ARILHA, M.; UNBEHAUM, S.; MEDRADO, B. (Orgs.). *Homens e Masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS, 1998. p.51-77.
- BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, 12 de janeiro de 2002, Brasília -Distrito Federal, 2002.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". In: BESSA, K.A (Org.). *Trajatórias do Gênero, Masculinidades*. Cadernos Pagu (11). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP.1998.p.11-42.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do assalariado*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CONNEL, R.W. *Políticas da Masculinidade*. Educação e Realidade, v.20, nº 2, UFRS, Porto Alegre, 1995. Gênero e Educação.
- COSTA, R. G. Mediando Oposições: sobre a crítica aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, H. B. et al. (Orgs.). *Gênero em Matizes*. Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais. São Paulo, Universidade de São Francisco, p. 213-241, 2002.
- FARIA, N. E NOBRE, M. *Gênero e Desigualdade*. São Paulo: Caderno Sempre Viva, 1997.
- GROSSI, P.K. Violência Contra a Mulher: implicações para os profissionais de saúde. In: LOPES, J.M.P; MEYER, E.M.;WALDOW,V.R.(Orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- GUERRA, C. *Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- KALCKMANN, S. Incursões ao desconhecido: percepções de homens sobre saúde reprodutiva e sexual. In: ARILHA M.; UNBEHAUM, S.G.; MEDRADO. B. (Orgs.). *Homens e Masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998. p.79-99.
- LANGLEY, R.; LEVY R, C. *Mulheres espancadas: fenômeno invisível*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M; NOLASCO, Sócrates (Orgs). *A desconstrução da masculinidade*. Rocco: Rio de Janeiro, 1995.
- MUSZKAT, M. E. Violência de gênero e paternidade. In: ARILHA, M.; UNBEHAUM, S.; MEDRADO, B. (Orgs.). *Homens e Masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS, 1998. p.215-255.

Coelho, Sandra Maria P.F.; Carloto, Cássia Maria. *Os sentidos da masculinidade nas relações...*

OLIVEIRA, P.P. *Discursos sobre a masculinidade*. Revista Estudos Feministas 6, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais-FCS/UFRJ, vol.6 N.1/1998.

PAUGAN, S. Elementos de comparação da pobreza e da exclusão na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. In: VÉRAS. M. P. B.; SPOSATI. A.; KOWARICK, L. *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ. 1999.P.97-125.

PAULILO, A. S. e JEOLÁS, L.S. *Jovens, Drogas, Risco e Vulnerabilidade: aproximações teóricas*. Serviço Social em Revista, Universidade Estadual de Londrina, v.3, n.1, p.39-60, jul./dez.Ed.UEL,2000.

QUIRINO, J.F. e LEITE, A.L.S. Aspectos socioculturais de um modo de adoecer: a somatização. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, n.74, julho-2003, pg.5-30.

RAMIREZ, M.C. Do Centro à Periferia: Os diversos lugares da reprodução nas teorias de gênero In : ALMEIDA H. B.; COSTA, et al (Orgs.). *Gênero em Matizes*. Coleção Estudos CDAPH. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco. 2002. p. 115-148.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, Editora Autores Associados, 1996.

SAFFIOTTI, H.I.B. *Violência de Gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade*. PUC/SP, 1997. p.59-79.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Revista Educação e Realidade (n.2).Porto Alegre .Traduzido da versão em francês, 1990.

STOLCKE, V. Posfácio: O negócio das diferenças. In : ALMEIDA H. B.; RAMIREZ, M.C.; SOUZA, E.R. (Orgs.). *Gênero em Matizes*. Coleção Estudos CDAPH. São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.